

Paulo
AS
Rafael Soares
JS

Relatório sobre Informação Económico- Financeira a 31 de dezembro de 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

EXERCÍCIO DE 2018

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
2. ÂMBITO	3
3. VERIFICAÇÕES E COMENTÁRIOS	4
3.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	4
3.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS NOS TERMOS DO POCAL.....	5
3.2.1. ANÁLISE DO ATIVO	6
3.2.2. ANÁLISE DE FUNDOS PRÓPRIOS	9
3.2.3. ANÁLISE DO PASSIVO	10
3.2.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	11
3.3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	13
3.3.1. EQUILÍBRIO ENTRE A RECEITA E A DESPESA.....	13
3.3.2. ESTRUTURA DA RECEITA	14
3.3.3. ESTRUTURA DA DESPESA.....	15
3.3.4. COMPROMISSOS EXERCÍCIOS FUTUROS.....	15
3.3.5. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES.....	16
3.3.6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	16
3.4. ANÁLISE FINANCEIRA	16
3.4.1. INDICADOR DE ENDIVIDAMENTO.....	16
3.4.2. INDICADOR DE SOLVABILIDADE.....	17
3.4.3. AUTONOMIA FINANCEIRA.....	17
4. AGRADECIMENTOS.....	17

Handwritten signatures and initials:
A.
R. S. S. S. S.
X/S

1. NOTA INTRODUTÓRIA

No âmbito do exercício das funções de Revisores Oficiais de Contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA** (Município), procedemos a revisão da informação contabilística preparada pelo Município, com referência ao exercício de 2018, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância e que levamos ao conhecimento de V. Exas.

Procedemos a revisão legal das contas do Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Na sequência da análise efetuada, emitimos a Certificação Legal de Contas com data de 26 de março de 2019.

2. ÂMBITO

Este relatório dá conta da atividade levada a cabo, dos procedimentos de revisão/auditoria às contas por nós aplicados, bem como comentários sobre as demonstrações financeiras do Município, independentemente da modalidade de certificação emitida.

A nossa atividade, respeitante ao exercício de 2018, incluiu os seguintes aspetos:

- a. Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas emitidas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que consideramos necessários;
- b. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- c. Verificação da conformidade da informação financeira, orçamental e patrimonial com a legislação aplicável;
- d. Análise específica dos mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa e das principais rubricas integrantes do Balanço e da Demonstração dos Resultados, registando e analisando as principais variações do período;
- e. Análise sucinta do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo;
- f. Aplicação de procedimentos de auditoria que consideramos adequados, em função da materialidade dos valores envolvidos, designadamente:
 - o Análise das adições e alienações de imobilizado, teste de coerência de recalculo

das amortizações do exercício;

- Análise e teste à contabilização das participações financeiras, e subseqüentes alterações das suas posições;
- Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, com análise e teste das reconciliações subseqüentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Município;
- Análise dos créditos de cobrança duvidosa e ajustamentos por provisão reconhecidos;
- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização de impostos, bem como da inexistência de dívidas por regularizar junto da Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE;
- Análise e teste dos custos e proveitos registados no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- Análise e teste aos procedimentos legais, contratuais, financeiros e contabilísticos inerentes ao processamento e arrecadação da receita, bem como ao processamento e pagamento da despesa, em sede de execução orçamental.

Handwritten signatures and initials:
fart
H.
R. S. M. C.
X

3. VERIFICAÇÕES E COMENTÁRIOS

3.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O POCAL, aprovado através do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, teve como objetivos, entre outros, a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos. Deste modo, introduziu a necessidade de um Sistema de Controlo Interno, que deverá englobar o plano da organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como os demais métodos e procedimentos suscetíveis de contribuir para assegurar o desenvolvimento da atividade de forma ordenada e eficiente.

O Sistema de Controlo Interno implementado, cumpre com o estatuído no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

3.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS NOS TERMOS DO POCAL

As demonstrações financeiras apresentadas pelo Município incluem o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os Anexos às Demonstrações Financeiras, conjuntamente com o Relatório do Órgão Executivo, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

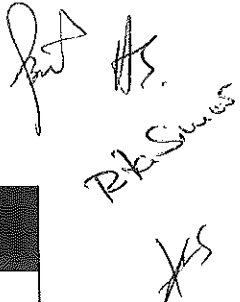
Verificámos a conformidade global das demonstrações financeiras com os princípios e regras contempladas no POCAL, bem assim como a sua aderência aos registos contabilísticos de suporte.

Apreciámos a adequação e consistência dos critérios e métodos adotados pelo Município, que passamos a analisar de seguida, alertando para os principais aspetos decorrentes da auditoria efetuada.

Handwritten signatures and initials:
A large signature on the left, the initials "AS" on the right, and the name "Rita Simão" written below them. A second signature is visible at the bottom right of this area.

3.2.1. ANÁLISE DO ATIVO

ATIVO	31/12/2018		31/12/2017		Variação	
	Ativo Bruto	Amortiz. / Provisões	Ativo líquido	Ativo líquido	Absoluta	%
Imobilizado						
<i>Bens de domínio público</i>						
Terrenos e recursos naturais			-	-	-	0,0%
Outras construções e infra-estruturas	29 221 371	23 894 368	5 327 003	6 271 353	(944 350)	-15,1%
Bens do património histórico, artístico e cultural	201 258	49 745	151 513	154 834	(3 320)	-2,1%
Imobilizações em curso	4 920	-	4 920	4 920	-	0,0%
	29 427 549	23 944 112	5 483 437	6 431 107	(947 671)	-14,7%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>						
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 141 198	1 008 981	132 217	136 435	(4 218)	-3,1%
Imobilizações em curso	121 000	-	121 000	110 000	11 000	10,0%
	1 262 198	1 008 981	253 217	246 435	6 782	2,8%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>						
Terrenos e recursos naturais	3 765 100	79 630	3 685 470	3 704 275	(18 805)	-0,5%
Edifícios e outras construções	18 492 749	7 274 745	11 218 004	11 548 816	(330 812)	-2,9%
Equipamento básico	2 123 656	1 591 915	531 741	429 330	102 411	23,9%
Equipamento de transporte	2 012 482	1 761 373	251 109	190 036	61 073	32,1%
Ferramentas e utensílios	94 633	94 007	626	262	364	139,0%
Equipamento administrativo	857 381	775 777	81 603	67 430	14 173	21,0%
Equipamento Informático	77 301	77 301	-	-	-	0,0%
Outras imobilizações corpóreas	203 146	181 169	21 977	19 513	2 464	12,6%
Imobilizações em curso	251 211	-	251 211	17 000	234 211	1377,7%
	27 877 660	11 835 918	16 041 742	15 976 662	65 080	0,4%
<i>Investimentos Financeiros</i>						
Partes de capital	51 450	51 450	-	-	-	0,0%
Obrigações e títulos de participação	229 212	-	229 212	356 549	(127 337)	-35,7%
	280 662	51 450	229 212	356 549	(127 337)	-35,7%
Circulante						
<i>Existências</i>						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	358 222	-	358 222	344 910	13 312	3,9%
	358 222	-	358 222	344 910	13 312	3,9%
<i>Dívidas de terceiros - Curto prazo.</i>						
Contribuintes, c/c	52 767	-	52 767	64 750	(11 983)	-18,5%
Utentes, c/c	155 713	-	155 713	166 334	(10 622)	-6,4%
Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa	357 438	357 438	-	9 421	(9 421)	-100,0%
Estado e outros entes públicos	101 726	-	101 726	62 945	38 781	61,6%
Outros devedores	6 609	-	6 609	7 008	(399)	-5,7%
	674 252	357 438	316 814	310 458	6 356	2,0%
<i>Depósitos em instituições financeiras e caixa</i>						
Depósitos em instituições financeiras	1 004 861	-	1 004 861	99 862	904 998	906,2%
Caixa	1 195	-	1 195	270	926	343,4%
	1 006 056	-	1 006 056	100 132	905 924	904,7%
<i>Acréscimos e diferimentos</i>						
Acréscimos de proveitos	747 538	-	747 538	51 271	696 266	1358,0%
Custos diferidos	15 026	-	15 026	15 571	(545)	-3,5%
	762 563	-	762 563	66 842	695 721	1040,8%
Total de amortizações		36 789 011				
Total de provisões		408 888				
Total do ativo	61 649 160	37 197 898	24 451 262	23 833 095	618 167	2,6%



 P. S.

 P. S.

 X.S.

A 31 de dezembro de 2018, o Ativo líquido ascendia a 24,4 M€, registando um aumento de 0,6 M€ face ao período homólogo anterior, sendo de destacar o seguinte:

PA
As.
D. de Sousa
XS

Imobilizado:

Representa cerca de 89,1% do Ativo (95,1% em 2017), constituído maioritariamente por (i) Bens de domínio público, 22,4% (27% em 2017) e (ii) Imobilizações corpóreas, 65,6% (67% em 2017).

Da análise efetuada à rubrica, alertamos para o seguinte:

- o Com referência a 31 de dezembro de 2018, o Município apresenta em *Imobilizado em curso* saldo de 372 K€, sendo que 121 K€ respeita a valores adquiridos a título de propriedade industrial e outros direitos, cujas adições de 2017, no valor de 11 K€, respeitam a faturas mensais de renda, que não reveste a condição de ativo capitalizável.

Recomendamos que sejam adotadas medidas com vista à identificação dos projetos que integram o imobilizado em curso, com vista ao acompanhamento e controlo da evolução, apresentação, quantificação e amortização do mesmo.

- o O património da Câmara Municipal de Vila Viçosa integra Terrenos e Edifícios que não foram possíveis de valorizar, uma vez que não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção.

Não obstante a divulgação efetuada no Anexo ao balanço, recomendamos na transição para o SNC-AP, a avaliação do impacto nas contas do Município da valorização destes imóveis com base no Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso em que este se encontre atribuído, na medida em que constituindo o VPT um indicador prudente na avaliação dos imóveis, confere por conseguinte, um adequado grau de prudência às contas do Município, em simultâneo com uma imagem mais adequada das contas.

Existências:

Identificámos um conjunto de artigos sem movimento à mais de um ano, no valor de 160 K€. Recomendamos que sejam implementados procedimentos de monitorização, com vista à identificação de artigos com baixa rotação/obsoletos, e registo das correspondentes provisões, caso aplicável.

Dividas a receber

Respeita essencialmente a valores a receber de contribuintes e utentes, cujo a diferença entre o saldo do módulo de gestão de cobranças e a contabilidade não são materiais, tendo a provisão sido constituída de acordo com os critérios de reconhecimento do POCAL.

Depósitos em instituições financeiras

Em 31 de Dezembro de 2018, os depósitos em instituições financeiras respeitam a depósitos à ordem no valor de cerca de 1M€, relativamente aos quais verificámos as reconciliações bancárias, que evidenciam itens com antiguidade por conciliar, no valor de 37 K€ (em aberto no banco e contabilidade em simultâneo). Recomendamos a análise, com vista à subsequente regularização.

Acréscimos de proveitos

O saldo desta rubrica respeita essencialmente à especialização do IMI referente a 2018, a cobrar em 2019 pela Autoridade tributária e transferir para o Município, procedimento que até 2017 não foi adotado pelo Município, que em 2018 se encontra alinhado com as recomendações sobre a matéria:

De acordo com os princípios contabilísticos consagrados no POCAL relativamente à especialização dos exercícios e parecer n.º 3 da CCDR – LVT emitido em 2015, o “*IMI constitui um proveito do município que respeita ao ano n, cuja liquidação e consequente arrecadação de receita, apenas ocorre no ano n+1 e seguintes, podendo ser, ou não, faseada. Neste sentido, e tendo em conta os princípios contabilísticos, constantes do Ponto 3.2 das Considerações Técnicas do POCAL, nomeadamente na alínea d), princípio da especialização (ou do acréscimo), deverá o município refletir nas suas demonstrações financeiras, à data de 31/12/ano n, o valor global do proveito previsto relativamente ao IMI do ano n, não obstante a respetiva receita vir a ser arrecadada faseadamente em períodos posteriores*”.

Para esse efeito, “*verificando-se a inexistência de documentação vinculativa, à data de 31/12/Ano n, relativamente ao valor do proveito de IMI a especializar, recomenda-se que o município evidencie coerência entre o registo do proveito e o montante previsto arrecadar para a respetiva receita, constante dos Documentos Previsionais do ano n+1*”

O valor do IMI 2018, foi apurado com base no orçamento de receitas do Município para 2019, no valor de 689 K€.

3.2.2. ANÁLISE DE FUNDOS PRÓPRIOS

Ant. H.E.
Paulo Silva
HS

FUNDOS PRÓPRIOS	31/12/2018	31/12/2017	Var. Absoluta	Var. %
Fundos próprios				
Património	29 953 949	29 928 099	25 850	0,1%
Reservas livres	3 761	3 761	-	0,0%
Reservas decorrentes de transferência de ativos	1 224 207	1 224 207	-	0,0%
Usucapião	113 070	113 070	-	0,0%
Resultado transitados	(11 846 750)	(11 773 086)	(73 664)	0,6%
Resultado líquido do exercício	(267 197)	(876 997)	609 801	-69,5%
Total dos Fundos Próprios	19 181 040	18 619 053	561 987	3,0%

Representa 78,4% do Ativo (78,1% em 2017), no qual se inclui resultado líquido do período, negativo em 267 K€. Para além deste, os movimentos no período incluem:

- Aplicação do resultado de 2017;
- 757 K€, referente à regularização do IMI cobrado em 2018, referente a anos anteriores; e
- 26 K€, relativo à regularização de imóvel – praça de toiros.

3.2.3. ANÁLISE DO PASSIVO

Handwritten signatures and initials:
 P.A.
 H.S.
 P. S. Santos
 X/S

PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017	Var.	
			Absoluta	Var. %
Passivo				
Provisões para riscos e encargos	165 331	197 326	(31 995)	-16,2%
	165 331	197 326	(31 995)	-16,2%
<i>Dividas a terceiros - Medio e longo prazo</i>				
Dívidas a instituições de crédito	2 683 546	2 441 329	242 218	9,9%
Fornecedores de imobilizado	26 416	26 416	-	0,0%
	2 709 963	2 467 745	242 218	9,8%
<i>Dividas a terceiros - Curto prazo</i>				
Fornecedores, c/c	199 975	277 876	(77 901)	-28,0%
Clientes e utentes c/ cauções	5 011	5 116	(106)	-2,1%
Fornecedores de imobilizado, c/c	120 758	104 310	16 448	15,8%
Estado e outros entes públicos	57 990	57 794	195	0,3%
Outros credores	106 487	214 558	(108 071)	-50,4%
	490 221	659 655	(169 434)	-25,7%
<i>Acrescimos e diferimentos</i>				
Acrescimos de custos	484 808	468 438	16 370	3,5%
Proveitos diferidos	1 419 900	1 420 878	(978)	-0,1%
	1 904 707	1 889 316	15 391	0,8%
Total do passivo	5 270 222	5 214 042	56 180	1,1%

Provisões para riscos e encargos

O saldo apurado com base no valor reclamado em processos movidos contra o Município de Vila Viçosa, atendendo à probabilidade de sentença desfavorável ao Município e responsabilidades que a ele podem vir a ser imputadas.

Dividas a instituições de crédito

O endividamento junto de instituições bancárias a 31 de dezembro de 2018 ascende a 2,6 M€, mais 0,2 M€ que em 2017.

Recomendamos a repartição do saldo entre o passivo de médio e longo prazo e curto prazo, atendendo ao plano de reembolso dos financiamentos contratados, evidenciando no curto prazo, as prestações que se vencem a 1 ano.

Fornecedores c/corrente

No âmbito do processo de confirmação externa de saldos através de circularização, foi confirmado pelo fornecedor CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, a existência de dívida no valor de 302K€ (221 K€ em 2017), não reconhecida pelo

Município.

Sobre este ponto, foi incluída na Certificação Legal de Contas, Reserva por Limitação de Âmbito.

Acréscimos e diferimentos

O saldo em *Acréscimo de custos*, respeita essencialmente à especialização de encargos com férias e subsídio de férias, relativamente ao qual não foram apuradas divergências de cálculo.

No que respeita aos *Proveitos diferidos*, respeita essencialmente ao diferimento de subsídios ao investimento, relativamente ao qual obtivemos suporte dos ativos que beneficiaram do subsídio e testamos a base de reconhecimento dos mesmos, não tendo sido apuradas divergências materialmente relevantes.

3.2.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		31/12/2018	31/12/2017	Var. Absoluta	Var. %
<i>Custos e Perdas</i>					
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	[A]	360 768	570 413	(209 645)	-36,8%
Fornecimentos e serviços externos	[A]	1 981 318	2 146 561	(165 243)	-7,7%
Custos com o pessoal	[A]	2 476 290	2 364 481	111 809	4,7%
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. Sociais	[A]	296 857	354 652	(57 795)	-16,3%
Amortizações do exercício	[A]	1 744 203	2 001 402	(257 198)	-12,9%
Provisões do exercício	[A]	7 257	100 750	(93 493)	-92,8%
Outros custos e perdas operacionais	[A]	81 982	83 689	(1 706)	-2,0%
Custos e perdas financeiras	[C]	28 529	38 415	(9 885)	-25,7%
Custos e perdas extraordinárias	[E]	69 243	86 152	(16 909)	-19,6%
<i>Proveitos e Ganhos</i>					
<i>Vendas e prestações de serviços</i>					
Mercadorias e produtos	[B]	318 295	286 245	32 050	11,2%
Prestação de serviços	[B]	745 893	738 025	7 868	1,1%
Outros	[B]	19 082	20 917	(1 835)	-8,8%
Impostos e taxas	[B]	1 273 694	1 209 389	64 305	5,3%
Trabalhos para a própria entidade	[B]	48 604	211 866	(163 262)	-77,1%
Proveitos suplementares	[B]	4 151	18 228	(14 077)	-77,2%
Transferências e subsídios obtidos	[B]	4 224 627	4 194 256	30 371	0,7%
Proveitos e ganhos financeiros	[D]	1 518	2 606	(1 089)	-41,8%
Proveitos e ganhos extraordinários	[F]	143 387	187 983	(44 596)	-23,7%
Resultado líquido do exercício		(267 197)	(876 997)	609 801	-69,5%

Resumo:

Resultados operacionais: [B]-[A];	(314 329)	(943 021)	628 692	-66,7%
Resultados financeiros: [D]-[C];	(27 012)	(35 808)	8 797	-24,6%
Resultados correntes: [B+D]-[A+C];	(341 341)	(978 829)	637 488	-65,1%
Resultado líquido do exercício: [B+D+F]-[A+C+E];	(267 197)	(876 997)	609 801	-69,5%

Contabilidade de custos

Decorre ainda o processo de implementação da contabilidade de custo prevista no ponto 2.8.3.1. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) o qual, obsta ao apuramento dos custos por funções.

Sobre este ponto, foi incluída na Certificação Legal de Contas, Reserva por Limitação de Âmbito.

Vendas e custo das Vendas

Respeita essencialmente à faturação de: (i) consumos de água, resíduos sólidos e saneamento, 506 K€; e (ii) rendas comerciais e habitação, 480 K€.

O município evidencia em 2018 margem bruta de 1,7% (em 2017, negativa em 14,5%). Tal situação decorre do facto de ser movimentado pela conta 31 – Compras, aquisições de bens que não se destinam a ser vendidos nem integrados no processo produtivo (conforme previsto no POCAL), que deveriam ser contabilizados nas respetivas rubricas de *Fornecimentos e serviços externos*.

Recomendamos a alteração de procedimento, em cumprimento do POCAL, permitindo desta forma a correta leitura das demonstrações financeiras.

Ao nível dos restantes gastos, destacamos:

- Redução dos gastos com *Provisões* (redução da antiguidade de saldos a receber), *Fornecimentos e Serviços Externos* (divergências entre pagamentos efetuados pelo Município em outubro, referente à eletricidade e os valores reconhecidos pela EDP - recomendamos que a situação seja analisada e regularizada), *Depreciações e Pessoal*; e
- Diminuição dos gastos com *Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais* (essencialmente apoio a instituições sociais e associações desportivas), *Outros custos e perdas operacionais* (decorre do registo nesta rubrica em 2018 de taxas de gestão de resíduos e recurso hídricos no valor de 77 K€) e *Custos e perdas extraordinários*.

No que concerne aos restantes proveitos, destacamos o aumento de: (i) *Prestações de serviços* (ligeiro aumento por via da faturação da água e taxas indexadas); e

(ii) *Transferências e subsídios obtidos* (ligeiro aumento das transferências recebidas do

PA
H.
Resumo
X/S

fundo de equilíbrio financeiro, 72 K€).

Salientamos ainda a redução de: (iii) *Trabalhos para a própria entidade* (gastos capitalizados em imobilizado corpóreo, por via de obras efetuadas).

Handwritten signatures and initials:
A.
P. Simões
X

3.3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

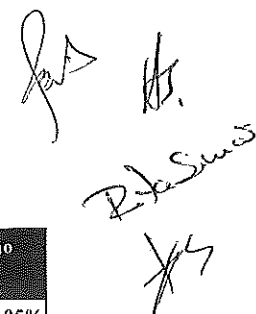
O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) estabelece, no seu ponto 3.1, os princípios orçamentais. Com referência a 31 de dezembro de 2018 a execução orçamental do Município, face a 2017 pode ser analisada como se segue:

Designação	31.12.2018			31.12.2017			Variação da execução	
	Dotação	Execução	Grau execução	Dotação	Execução	Grau execução	Absoluta	%
Correntes	7 579 788	6 314 910	83,31%	7 017 328	6 255 342	89,14%	59 567	0,95%
Capital	3 646 534	1 142 677	31,34%	2 845 588	691 212	24,29%	451 466	65,32%
Outras receitas	47 192	1 926	4,08%	37 828	725	-	1 201	165,64%
Saldo da gerência utilizado	30 023	30 023	100,00%	159 644	159 644	100,00%	-129 622	-81,19%
Total da Receita	11 303 537	7 489 535	66,26%	10 060 388	7 106 923	70,64%	382 612	5,38%
Correntes	7 256 704	5 276 015	72,71%	6 810 999	5 611 597	82,39%	-335 581	-5,98%
Capital	4 046 832	1 277 585	31,57%	3 249 388	1 465 304	45,09%	-187 719	-12,81%
Total da Despesa	11 303 537	6 553 600	57,98%	10 060 388	7 076 901	70,34%	-523 300	-7,39%
Saldo do exercício N		905 912			-129 622		1 035 534	-798,89%
Saldo do exercício N-1		30 023			159 644		-129 622	-81,19%
Saldo da gerência acumulado		935 935			30 023		905 912	3017,44%

3.3.1. EQUILÍBRIO ENTRE A RECEITA E A DESPESA

Pela análise do equilíbrio entre receita e despesas, verificamos que as receitas cobradas excedem as despesas do exercício, apresentando um saldo acumulado em 2018 de 935 K€, que representa uma melhoria face ao exercício anterior (905 K€).

3.3.2 ESTRUTURA DA RECEITA



 P. de Sousa

RECEITAS	Execução				Variação da execução	
	31.12.2018	Peso relativo	31.12.2017	Peso relativo	Absoluta	%
RECEITA CORRENTE	6 314 910	84,32%	6 255 342	88,02%	59 567	0,95%
Impostos diretos	1 253 262	16,73%	1 238 414	17,43%	14 847	1,20%
IMI	754 640	10,08%	651 556	9,17%	103 084	15,82%
IUC	172 244	2,30%	165 136	2,32%	7 109	4,30%
IMT	210 136	2,81%	296 160	4,17%	-86 024	-29,05%
Derrama	115 650	1,54%	125 562	1,77%	-9 912	-7,89%
Impostos abolidos	591	0,01%	0	0,00%	591	0,00%
Impostos indiretos	268	0,00%	5 137	0,07%	-4 870	-94,79%
Taxas, multas e outras penalidades	127 443	1,70%	134 925	1,90%	-7 482	-5,55%
Rendimentos da propriedade	389 928	5,21%	388 751	5,47%	1 177	0,30%
Transferências correntes	3 844 653	51,33%	3 817 193	53,71%	27 461	0,72%
Venda de bens e serviços correntes	692 202	9,24%	660 356	9,29%	31 846	4,82%
Outras receitas correntes	7 155	0,10%	10 567	0,15%	-3 412	-32,29%
RECEITA DE CAPITAL	1 142 677	15,26%	691 212	9,73%	451 466	65,32%
Venda de bens de investimento	31 874	0,43%	12 862	0,18%	19 013	147,82%
Transferências de capital	445 947	5,95%	396 823	5,58%	49 124	12,38%
Passivos financeiros	664 856	8,88%	260 000	3,66%	404 856	155,71%
Outros receitas de capital	0	0,00%	21 527	0,30%	-21 527	-100,00%
OUTRAS RECEITAS	1 926	0,03%	725	0,01%	1 201	165,64%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 926	0,03%	725	0,01%	1 201	165,64%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	30 023	0,40%	159 644	2,25%	-129 622	-81,19%
TOTAL DA RECEITA	7 489 535	100,00%	7 106 923	100,00%	382 612	5,38%

Em termos comparativos, importa referir o seguinte:

- Receita Corrente – Apresenta valores ligeiramente superiores comparativamente com o período homologado anterior, no montante de 59,6 K€, com os (i) *Impostos Diretos* a apresentarem um aumento de 14,5 K€ face ao ano anterior, em que o aumento do IMI (103 K€) e a redução ao nível de IMT (-86 K€) apresentam as variações mais significativas; (ii) *Transferências correntes*, com um aumento de 27 K€ (aumento das transferências recebidas do fundo de equilíbrio financeiro; e (iii) aumento das *Vendas de bens e serviços correntes*, 31 K€.
- Receitas de Capital – Aumento de 451 K€, com destaque para os *Passivos financeiros*, 405 K€, relacionado com os empréstimos contraídos no período corrente.

Dos testes executados às receitas, não resultaram exceções.

3.3.3 ESTRUTURA DA DESPESA

P. J. H.

 R. A. S.

 X/S

DESPESA	Execução				Variação	
	31.12.2018	Peso relativo	31.12.2017	Peso relativo	Absoluta	%
DESPESA CORRENTE	5 276 015	80,51%	5 611 597	79,29%	-335 581	-5,98%
Despesas com pessoal	2 459 842	37,53%	2 426 208	34,28%	33 634	1,39%
Aquisição de bens e serviços	2 171 944	33,14%	2 434 895	34,41%	-262 951	-10,80%
Juros e outros encargos	39 368	0,60%	48 836	0,69%	-9 468	-19,39%
Transferências correntes	334 327	5,10%	407 138	5,75%	-72 812	-17,88%
Outras despesas correntes	270 535	4,13%	294 520	4,16%	-23 985	-8,14%
DESPESA DE CAPITAL	1 277 585	19,49%	1 465 304	20,71%	-187 719	-12,81%
Aquisição de bens de capital	834 646	12,74%	947 971	13,40%	-113 325	-11,95%
Transferências de capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Activos financeiros	38 202	0,58%	50 936	0,72%	-12 734	-25,00%
Passivos financeiros	404 231	6,17%	461 399	6,52%	-57 167	-12,39%
Outras despesas de capital	505	0,01%	4 998	0,07%	-4 493	-89,90%
TOTAL DA DESPESA	6 553 600	100,00%	7 076 901	100,00%	-523 300	-7,39%

Em termos comparativos, importa referir o seguinte:

- Despesa Corrente – Regista uma diminuição de 336 K€, com impacto significativo ao nível das *Aquisições de bens e serviços*, 263 K€ e das *Transferências correntes*, 73 K€.
- Despesas de Capital – Redução de 188 K€, com destaque para o as *Aquisições de bens de capital*, 113 K€ e *Passivos financeiros*, 57 K€.

Dos testes executados às despesas, não resultaram exceções.

3.3.4. COMPROMISSOS EXERCÍCIOS FUTUROS

Os compromissos plurianuais e a sua evolução, para os anos 2017 e 2018, resume-se assim:

Ano	31.12.2018	31.12.2017
2018	707 806	549 971
2019	988 273	566 588
2020	584 233	404 933
2021	525 398	373 667
Anos seguintes	3 332 388	1 778 678
Compromissos N transferidos para N+1	3 192 853	2 752 238
TOTAL COMPROMISSOS	9 330 950	6 426 075
Variação	45,2%	

Constata-se em 2018 um aumento de 45,2% dos compromissos plurianuais futuros, quando comparado com a posição a 31 de dezembro de 2017.

3.3.5. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Handwritten signature and initials:
Passivo
X

Funções (PAMR)	Montantes previsto			Montantes executado			Grau de execução	
	Ano	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano	Total	Anual	Total
Funções Gerais	98 409	706 964	805 373		32 146	32 146	32,67%	3,99%
Funções Sociais	1 014 579	3 020 720	4 035 299		714 395	714 395	70,41%	17,70%
Funções Económicas	31 178	494 800	525 978		17 719	17 719	56,83%	3,37%
Outras funções	28 947	52 000	80 947		11 580	11 580	40,00%	14,31%
Total	1 173 113	4 274 484	5 447 597	0	775 840	775 840	66,14%	14,24%

O Plano de Atividades Mais Relevantes (PAMR) apresenta um grau de execução anual de 66,14%, que compara com 73,96% em 2017, cujos graus de execução por função foram os seguintes: Funções gerais, 32,67%; Funções sociais, 70,41%; Funções económicas, 56,83%; Outras funções, 40,00%).

3.3.6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Funções (PPI)	Montante previsto			Montante executado			Grau de execução	
	Ano	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano	Total	Anual	Total
Funções Gerais	561 540	562 202	1 123 742		161 538	161 538	28,77%	14,38%
Funções Sociais	2 549 186	1 998 852	4 548 038		387 707	387 707	15,21%	8,52%
Funções Económicas	335 265	2 426 939	2 762 204		187 609	187 609	55,96%	6,79%
Outras funções	175 442	528 400	703 842		135 994	135 994	77,51%	19,32%
Total	3 621 433	5 516 393	9 137 826		872 848	872 848	24,10%	9,55%

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta um grau de execução anual de 24,10%, que compara com 36,16% em 2017, cujos graus de execução por função foram os seguintes: Funções gerais, 28,87%; Funções sociais, 15,21%; Funções económicas, 55,96%; Outras funções, 77,51%).

3.4. ANÁLISE FINANCEIRA

O Balanço evidencia a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Município, sendo o *Ativo*, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e, por outro lado, o *Passivo* e os *Fundos Próprios* que representam a origem dos fundos.

3.4.1. INDICADOR DE ENDIVIDAMENTO

Conforme definido no Art.º 52 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

PA
R. de S. M. E.
JS

O limite de endividamento em 2018 foi de 9,2 M€ e a dívida total de 3,2 M€, pelo que se verifica o cumprimento do limite de endividamento, com uma margem utilizável de 1,2 M€:

Receita Corrente Líquida				
2015	2016	2017	Total	Média
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4) / 3
6 264 720	6 066 269	6 108 696	18 439 685	6 146 562
Limite da dívida total			(6)=(5)*1,5	9 219 842
Dívida total				3 200 183
Dívida total sem FAM			(7)	3 123 230
Margem absoluta			(8)=(6)-(7)	6 096 612
Margem utilizável			(9)=(8)*20%	1 219 322

3.4.2. INDICADOR DE SOLVABILIDADE

O rácio de solvabilidade a 31 de dezembro de 2018 ascende a 398%, registando uma melhoria face ao período homólogo anterior (357%), reforçando os níveis de segurança.

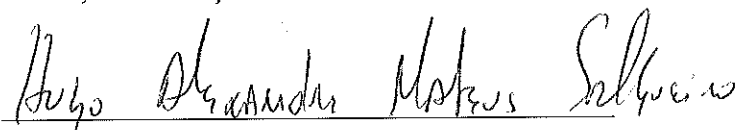
3.4.3. AUTONOMIA FINANCEIRA

A autonomia financeira apresenta um rácio de 78%, tal como em 2017, representando a capacidade para assegurar parte significativa das responsabilidades de longo prazo.

4. AGRADECIMENTOS

Gratos pela boa colaboração recebida no decurso dos nossos trabalhos, permanecemos disponíveis para discutir com V. Exas. o conteúdo deste documento ou outras questões associadas.

Lisboa, 26 de março de 2019



Salgueiro & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 310),
Representada por Hugo Alexandre Mateus Salgueiro (ROC n.º 1 499)